

## Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

### Cenário Econômico

A economia mundial cresceu em 2014, porém de forma bem desigual, algumas economias avançadas mostraram menor crescimento e as emergentes dando sinais de desaceleração. Os EUA continuam a apresentar um bom desempenho e devem crescer 2,4% em 2015. A demanda doméstica, puxada pelo consumo se mostra resiliente e deverá ser sustentado pela forte queda de preços de energia. O mercado de trabalho mostrou melhora, a taxa de desemprego fechou o ano em 5,6% e o FED encorrou as suas compras mensais de ativos. A expectativa agora será quando o Banco Central americano começará o ciclo de aperto monetário. Essa atuação poderá ser adiada caso haja um contágio de um desaquecimento muito forte em algumas economias avançadas na economia americana ou se a inflação apresentar um maior declínio em consequência da queda de commodities.

Enquanto nos EUA é esperado o início do ciclo do aperto monetário, na Zona do Euro, China e Japão adotam políticas monetárias mais expansionistas. A Zona do Euro cresceu 0,90% em 2014 após uma retração da economia em 2013. Apresentou um crescimento com uma divergência regional muito significativa. A inflação persiste num patamar muito baixo, apesar dos estímulos monetários dados pelo Banco Central Europeu, tanto as famílias quanto o governo continuam muito endividados, restringindo a demanda na região. No campo político, com o fortalecimento de partidos mais radicais, em especial no caso da Grécia, aumentam as incertezas sobre o futuro da Zona do Euro.

Na China, o PIB cresceu 7,4% em 2014 e os dados de atividade mostram que a economia permanece desacelerando. Um crescimento acima de 7% para este ano será muito difícil e dependente dos estímulos do governo. A rápida desaceleração do setor imobiliário e os produtos de crédito vinculados ao setor são o maior risco para a economia chinesa.

No cenário doméstico, houve uma grande deterioração dos fundamentos macroeconômicos, principalmente nas contas externas, na condução da política fiscal e na confiança do empresário e investidores. A economia em 2015 deverá ficar estagnada, com dados da produção industrial, vendas a varejo, consumo das famílias e investimentos aquém do esperado.

No setor externo, o saldo em conta corrente registrou déficit de US\$ 90,948 bi em 2014, atingindo 4,17% do PIB. A deterioração da conta corrente reflete a forte queda da balança comercial que apresentou deficitária em US\$ 3,93 bi contra um saldo positivo de US\$ 2,4 bi em 2013 e a conta de serviços fechou negativa em US\$ 48,667 bi sendo que o gasto de brasileiros no exterior foi de US\$ 25,6 bi e a receita de estrangeiros no Brasil foi de US\$ 6,9 bi. Na parte fiscal, o que era para apresentar um superávit primário em 2014, encerrou o ano com um déficit de 0,63% do PIB e se acrescentar as despesas com juros da dívida, o déficit nominal bateu 6,7% do PIB. Diante deste cenário negativo, o governo se comprometeu para 2015 uma meta de superávit primário de 1,2% do PIB.

Na política monetária, o Banco Central continuou o ciclo de aperto monetário e encerrou o ano com a taxa Selic em 11,75% a.a.. A inflação terminou o ano em 6,4%. Para 2015, o IPCA deverá superar o teto da banda inflacionária e a nossa projeção é de fechar o ano em 7% pressionada pelos preços administrados, recomposição de alguns impostos e o impacto da desvalorização cambial. O BC deverá manter o aperto monetário e a taxa Selic deverá encerrar em 12,75% a.a.

### Histórico

Fundado em 1992, o Banco Rendimento S/A destaca-se por sua atuação consolidada como um dos maiores fornecedores de moeda estrangeira em espécie para instituições financeiras e outros agentes autorizados a operar em câmbio pelo Banco Central do Brasil.

No segmento primário do mercado de câmbio mantém estrutura organizada para o atendimento de pessoas físicas, empresas e outras entidades jurídicas em operações de compra e venda de moeda estrangeira de natureza comercial - importação e exportação - e financeira, tais como investimentos no país e no exterior, empréstimos internacionais, transferências unilaterais e serviços. O atendimento da clientela, para os serviços de câmbio é diferenciado das demais instituições financeiras por contar com a atenção e orientação especializada de nossos funcionários em relação à complexa regulamentação cambial, do capital estrangeiro e das regras tributárias incidentes.

No crédito, o Banco Rendimento S/A concentra suas operações no segmento de Middle Market, que compreende empresas com faturamento anual da ordem de 40 a 500 milhões de reais e, em menor escala, explora operações de CDC relacionadas ao turismo, financiamento de taxas veiculares e atividade educacional.

Nos últimos anos, o Banco Rendimento S/A ocupou posição relevante na área de serviços relacionados à arrecadação de tributos de veículos automotores intermediados pelo segmento de despachantes documentários. Além disso, atua como distribuidor de um dos cartões pré-pagos em moeda estrangeira mais tradicionais do mercado que é o Cartão VIM - Visa Travel Money, emitido pela instituição de pagamentos Agillitas Soluções de Pagamentos Ltda, integrante do Conglomerado Rendimento.

### Índice da Basileia

Conforme disposto na Resolução 4.193, de 01.03.2013, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PRI, de Nível I e de Capital Principal, demonstramos abaixo o comportamento do índice de Basileia, apurado no segundo semestre de 2014, revelando a regularidade no enquadramento do Conglomerado Rendimento nos atuais 11%, definido pelo órgão regulador, inclusive com relativa margem de suficiência.

2014	Patrimônio de Referência	Patrimônio de Referência Exigido (RWA)	Índice Basileia
<b>Julho</b>	212.124	133.851	17,43%
<b>Agosto</b>	215.043	147.886	16,00%
<b>Setembro</b>	212.337	146.080	15,99%
<b>Outubro</b>	214.224	152.612	15,44%
<b>Novembro</b>	216.415	156.635	15,20%
<b>Dezembro</b>	219.611	136.766	17,66%
<b>Média</b>			<b>16,29%</b>

## Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2014	2013	PASSIVO	Nota	2014	2013
<b>Circulante</b> .....		<b>1.181.766</b>	<b>1.244.315</b>	<b>Circulante</b> .....		<b>801.469</b>	<b>902.994</b>
<b>Disponibilidades</b> .....	5	<b>411.324</b>	<b>311.642</b>	<b>Depósitos a vista</b> .....	13	<b>313.023</b>	<b>207.741</b>
Depósitos em instituições financeiras de liquidez.....		411.324	311.642	Depósitos interfinanceiros.....		62.392	39.292
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b> .....	6	<b>188.000</b>	<b>295.158</b>	Depósitos a prazo.....		48.230	63.225
Aplicações no mercado aberto.....		183.703	224.834	Depósitos em moeda estrangeira.....		141.082	63.037
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....		4.306	18.171	Depósitos em moeda estrangeira.....	15	<b>61.559</b>	<b>43.187</b>
Aplicações em moedas estrangeiras.....		9	52.153	<b>Captações no mercado aberto</b> .....		<b>9.504</b>	<b>9.493</b>
<b>Títulos e valores mobiliários</b> .....	7	<b>66.891</b>	<b>65.735</b>	Carteira própria.....		9.504	9.493
Carteira própria.....		26.824	7.291	<b>Recursos de aceites e emissão de títulos</b> .....	14	<b>12.047</b>	<b>10.751</b>
Vinculados operações compromissadas.....		9.505	9.504	Recursos de aceites e emissão de títulos - LF.....		12.047	10.751
Vinculados a prestação de garantias.....		30.562	48.940	<b>Relações interdependências</b> .....		<b>22.332</b>	<b>23.777</b>
<b>Relações interfinanceiras</b> .....		<b>926</b>	<b>4.796</b>	Recursos em trânsito de terceiros.....		22.332	23.777
Créditos vinculados ao Bacem.....		917	3.930	<b>Obrigações por empréstimos</b> .....	14	<b>3.919</b>	<b>41.241</b>
Relações com correspondentes.....		9	3.966	Empréstimos no exterior.....		3.919	41.241
<b>Operações de crédito</b> .....	9	<b>301.939</b>	<b>369.319</b>	<b>Obrigações por repasses no país - Instituições oficiais</b> .....	14	<b>14.117</b>	<b>18.409</b>
Empréstimos e títulos descontados.....		289.018	347.186	BNDES.....		7.316	9.640
Financiamentos.....		23.373	42.583	Finame.....		6.801	8.769
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa).....		(10.452)	(20.450)	<b>Instrumentos financeiros derivativos</b> .....		<b>930</b>	<b>930</b>
<b>Outros créditos</b> .....		<b>193.756</b>	<b>194.773</b>	Instrumentos financeiros derivativos.....	8c	<b>426.527</b>	<b>590.652</b>
Créditos por avais e fianças honorados.....		2.273	-	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados.....		784	411
Carteira de câmbio.....	10	126.339	148.876	Carteira de câmbio.....	10	122.618	122.945
Negociação e intermediação de valores.....		-	1.860	Fiscais e previdenciárias.....	16a	13.535	23.347
Reversos.....	11a	65.595	45.705	Negociação e intermediação de valores.....		255	234
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa).....	9	(451)	(1.868)	Diversas.....	16b	289.335	443.948
<b>Outros valores e bens</b> .....	11b	<b>18.921</b>	<b>2.892</b>	<b>Exigível a longo prazo</b> .....		<b>409.827</b>	<b>347.415</b>
Outros valores e bens.....		18.358	2.318	<b>Depósitos</b> .....	13	<b>335.431</b>	<b>278.325</b>
Despesas antecipadas.....		563	574	Depósitos a Prazo.....		335.431	278.325
<b>Realizável a longo prazo</b> .....		<b>153.707</b>	<b>120.070</b>	<b>Recursos de aceites e emissão de títulos</b> .....	14	<b>10.528</b>	<b>-</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	6	<b>29.952</b>	<b>-</b>	Recursos de aceites e emissão de títulos - LF.....		10.528	-
Aplicações em moedas estrangeiras.....		29.952	-	<b>Obrigações por repasses no país - Instituições oficiais</b> .....	14	<b>10.331</b>	<b>22.772</b>
<b>Operações de crédito</b> .....	9	<b>45.662</b>	<b>50.790</b>	BNDES.....		1.696	8.893
<b>Sector privado</b> .....		<b>45.662</b>	<b>50.790</b>	Finame.....		8.635	13.879
Empréstimos e títulos descontados.....		37.578	28.402	<b>Outras obrigações</b> .....		<b>53.537</b>	<b>46.318</b>
Financiamentos.....		10.354	22.318	Fiscais e previdenciárias.....	16a	49.144	42.519
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa).....		(2.370)	(630)	Diversas.....	16b	4.393	3.799
<b>Outros créditos</b> .....		<b>78.060</b>	<b>69.280</b>	<b>Resultados de exercícios futuros</b> .....		<b>392</b>	<b>570</b>
Diversos.....	11a	81.849	69.280	Resultados de exercícios futuros.....		392	570
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa).....	9	(3.789)	-	<b>Patrimônio líquido</b> .....	19	<b>191.813</b>	<b>179.147</b>
<b>Outros valores e bens</b> .....	11b	<b>33</b>	<b>-</b>	<b>Capital</b> .....		<b>85.316</b>	<b>85.316</b>
Outros valores e bens.....		33	-	De domiciliados no país.....		85.316	85.316
<b>Permanente</b> .....		<b>68.028</b>	<b>65.741</b>	<b>Reserva de lucros</b> .....		<b>106.497</b>	<b>93.831</b>
<b>Investimentos</b> .....		<b>58.264</b>	<b>55.648</b>				
Participações em controladas - no País.....	12	58.216	55.600				
Títulos patrimoniais.....		2	46				
Outros investimentos.....		46	-				
<b>Imobilizado de uso</b> .....		<b>6.002</b>	<b>6.602</b>				
Imóveis de uso.....		1.865	1.865				
Outras imobilizações de uso.....		12.740	12.351				
(Depreciações acumuladas).....		(8.603)	(7.614)				
<b>Diferido</b> .....		<b>166</b>	<b>230</b>				
Gastos de organização e expansão.....		3.837	3.837				
(Amortização acumulada).....		(3.671)	(3.607)				
<b>Intangível</b> .....		<b>3.596</b>	<b>3.261</b>				
Ativos intangíveis - outros.....		7.330	5.759				
(Amortização acumulada).....		(3.734)	(2.498)				
<b>Total do ativo</b> .....		<b>1.403.501</b>	<b>1.430.126</b>	<b>Total do passivo</b> .....		<b>1.403.501</b>	<b>1.430.126</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

Saldos em 31 de dezembro de 2012.....	Capital Realizado	Reserva de Capital	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
			Legal	Outras		
	<b>85.316</b>		<b>6.707</b>	<b>63.212</b>	<b>155.235</b>	<b>32.112</b>
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	32.112	32.112
Constituição de reserva legal.....	-	-	1.606	-	(1.606)	-
Constituição de reserva especial de lucros.....	-	-	-	22.806	(22.806)	-
Distribuição de dividendos.....	-	-	-	(500)	(500)	-
Juros sobre o capital próprio.....	-	-	-	(7.700)	(7.700)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013.....</b>	<b>85.316</b>		<b>8.313</b>	<b>85.518</b>	<b>179.147</b>	<b>23.366</b>
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	23.366	23.366
Constituição de reserva legal.....	-	-	1.168	-	(1.168)	-
Constituição de reserva especial de lucros.....	-	-	-	13.298	(13.298)	-
Distribuição de dividendos.....	-	-	-	(1.800)	(1.800)	-
Juros sobre o capital próprio.....	-	-	-	(8.900)	(8.900)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014.....</b>	<b>85.316</b>		<b>9.481</b>	<b>97.016</b>	<b>191.813</b>	<b>182.674</b>
Lucro líquido do semestre.....	85.316	-	8.759	84.518	14.339	14.339
Constituição de reserva - Legal.....	-	-	722	-	(722)	-
Constituição de reserva especial de lucros.....	-	-	-	13.298	(13.298)	-
Distribuição de dividendos.....	-	-	-	(800)	(800)	-
Juros sobre o capital próprio.....	-	-	-	(4.500)	(4.500)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014.....</b>	<b>85.316</b>		<b>9.481</b>	<b>97.016</b>	<b>191.813</b>	<b>191.813</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

- Contexto operacional**  
O Banco Rendimento S/A é um banco comercial, fundado em 1992, com carteira de câmbio e crédito ao mercado de middle market, e em conjunto com suas controladas, opera no mercado financeiro, atuando principalmente com operações de câmbio financeiro e cartões de débito pré-pago.  
As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro nacional e internacional, onde certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições ligadas ao Conglomerado Rendimento. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.
- Apresentação das demonstrações financeiras**  
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.  
As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo emissão

### Controles Internos, Riscos e Governança Corporativa

O Grupo Rendimento mantém estrutura de Governança Corporativa, Controles Internos e Riscos, em total aderência às exigências do CMN e do Banco central do Brasil, abrangendo as Áreas de Compliance, Risco Operacional, Mercado, Liquidez, Crédito e procedimentos de Lavagem de Dinheiro/Combate ao Financiamento do Terrorismo, Segurança da Informação e Auditoria Interna.

As atividades de controles internos são de responsabilidade das unidades de Governança Corporativa e Auditoria Interna do Conglomerado Rendimento, ambas subordinadas ao Diretor Superintendente, as quais são segregadas das áreas comprometidas com resultados e daquelas responsáveis pelas atividades de suporte, obtendo com isso maior eficiência nas ações preventivas e prudenciais.

A gestão de riscos e de controles internos envolve um conjunto integrado de procedimentos e ações internas, visando mitigar possíveis perdas em operações de crédito, descasamento de prazos e de moedas em suas operações, falhas de processos, bem como subsidiar a gestão de liquidez da organização. Tais atividades e procedimentos encontram-se disciplinados em normativos internos do Conglomerado Rendimento e mantêm conformidade com leis e regulamentos emanados pelo CMN e BACEN.

Esses instrumentos de gestão são essenciais para a otimização do uso do capital e para a seleção das melhores oportunidades de negócios, bem como para obtenção da melhor relação Risco x Retorno aos seus acionistas. Periodicamente são realizadas reuniões, através de comitês específicos, responsáveis pela divulgação das políticas gerais, visando maior eficiência da gestão e avaliação consolidada dos riscos.

### Risco Operacional

O Conglomerado Rendimento, em atendimento às exigências da Resolução 3.380/06, do Conselho Monetário Nacional, implementou estrutura para gestão do risco operacional, com elaboração de Política Institucional e de procedimentos para detecção e avaliação de eventos que possam causar perdas, tais como: fraudes; descontinuidade de negócios; falhas de tecnologia da informação e processos inadequados.

Para a gestão do risco operacional, a organização prioriza a utilização de ferramentas e procedimentos preventivos, ante os mecanismos de natureza reativa, visando com isso minimizar a ocorrência de eventos de risco operacional e, conseqüentemente, de possíveis perdas.

A alocação de capital regulamentar, para suportar eventuais perdas em eventos de risco operacional, é calculada de acordo com a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada, prevista na Circular 3.640/13, do Banco Central do Brasil.

### Risco de Mercado e Liquidez

O Conglomerado Rendimento atende as disposições das Resoluções 3.464/07 e 4.090/12, do Conselho Monetário Nacional, com a manutenção de estrutura para Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez.

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado tem por responsabilidade identificar, monitorar e controlar os riscos associados às perdas decorrentes da flutuação nos valores de mercado, das posições detidas pelo Conglomerado Rendimento. Esta gestão envolve principalmente os riscos das operações sujeitas à variação cambial e de taxas de juros.

O monitoramento do risco de liquidez consiste em avaliar a impossibilidade da instituição de honrar, eficientemente, suas obrigações correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Com base nesses controles são observados os fluxos ativos e passivos, através de modelo interno estabelecido em política, que visa identificar, pelo Patrimônio de Referência, o grau de alavancagem de crédito e de outras posições operacionais para se estabelecer a margem ou insuficiência de liquidez.

O Comitê de Tesouraria e Liquidez é realizado semanalmente com a presença do Diretor Superintendente, da Tesoureira e de outros profissionais da organização, com o objetivo de se analisar cenários de mercado e principalmente definir as estratégias de captação e aplicação de recursos.

### Risco de Crédito

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito deve possibilitar a identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

A gestão do Banco Rendimento S/A encontra-se estruturada em conformidade com a Resolução 3.721, do CMN, sob a responsabilidade do departamento de Governança Corporativa que executa atividades segregadas da unidade de negociação e da unidade executora da auditoria interna. Tem como objetivo maximizar a relação risco x retorno de seus ativos, mantendo-se a qualidade da carteira de crédito em patamares adequados aos segmentos de mercado em que esteja atuando. A estratégia é voltada para a criação de valor para seus acionistas em níveis superiores a um valor mínimo de retorno ajustado ao risco.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013**  
(Valores expressos em milhares de reais)

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de Mercado Futuro cujos ajustes são contabilizados, diariamente, em contas de ativo e passivo, em contrapartida ao resultado e operações de Termo de Moedas - NDF (Non-delivery Forward), as operações em NDF são marcadas a mercado mensalmente em contas de ativo e passivo, em contrapartida ao resultado. Os valores referenciais são contabilizados em contas de compensação.

**e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa**  
As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em 9 níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, no mínimo por 5 anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito estabelecido pela Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil (BACEN), conforme demonstrado na Nota 9.

**f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)**  
O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando-se o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução nº 3.565/08.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.

**g) Investimentos**  
Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidas de provisão para perdas, quando aplicável.

**h) Imobilizado, diferido e intangível**  
Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade. Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados, 4% a.a. para terrenos e 10% a.a. para os demais itens.

O ativo diferido é demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização acumulada calculada até a data de encerramento do balanço e representado, basicamente, por benfeitorias em imóveis de terceiros, amortizadas pelo prazo contratual de locação, e gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares, amortizados pelo prazo de cinco anos. Os saldos existentes no ativo diferido constituídos antes da entrada em vigor da Resolução 3.517/08 do Banco Central do Brasil (BACEN) serão mantidos até a sua efetiva baixa.

Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

**i) Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de títulos e obrigações por empréstimos e repasses**  
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata dia sendo as de obrigações em moeda estrangeira atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços. As captações no mercado aberto são classificadas no passivo circulante em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

**j) Imposto de renda e contribuição social**  
As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social pela alíquota de 15%.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias são realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração.

**k) Operações de câmbio**  
São demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos (em base pro rata dia), as variações cambiais auferidas, e provisão para perdas, quando aplicável.

**l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias**  
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

**4. Caixa e equivalentes de caixa**  
**Descrição**

	2014	2013
Disponibilidades	411.324	311.642
Aplicações em operações compromissadas	183.703	224.834
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	52.153
<b>Total</b>	<b>595.027</b>	<b>588.629</b>

**5. Disponibilidades**  
**Descrição**

	2014	2013
Caixa	13.540	30.631
Reserva Livre	7.769	1.995
Disponibilidades em moedas estrangeiras	390.014	279.016
<b>Total</b>	<b>411.324</b>	<b>311.642</b>

**6. Aplicações interfinanceiras de liquidez**  
**a) Aplicações em operações compromissadas**

	2014	2013
Aplicações no mercado aberto:		
Posição bancada:		
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	900
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	110.503	80.000
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	73.200	144.034
<b>Total aplicações no mercado aberto</b>	<b>183.703</b>	<b>224.834</b>

**b) Aplicações em depósitos interfinanceiros**  
**Circulante**

	2014	2013
Certificado de depósito interfinanceiro (CDI)		
Não ligada	3.295	-
Não ligada - Crédito rural	1.011	11.076
Não ligada - PRONAF	-	1.723
Não ligada - SUBEX	-	3.617
Não ligada - PRONAMP	-	1.755
<b>Total certificado de depósito interfinanceiro (CDI)</b>	<b>4.306</b>	<b>18.171</b>

**c) Aplicações em moeda estrangeira**  
**Circulante**

	2014	2013
Aplicações em moeda estrangeira	-	52.153
<b>Total de aplicação em moeda estrangeira</b>	<b>-</b>	<b>52.153</b>

**Realizável a longo prazo**  
**Aplicações em moeda estrangeira**

	2014	2013
Aplicações em moeda estrangeira	29.952	-
<b>Total de aplicação em moeda estrangeira</b>	<b>29.952</b>	<b>-</b>

**Total de aplicações interfinanceiras de liquidez**

	2014	2013
<b>Total de aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>217.961</b>	<b>295.158</b>

**7. Títulos e valores mobiliários**  
**a) Composição por classificação**

	2014		2013	
	Custo (i)	Mercado (ii)	Custo (i)	Mercado (ii)
<b>Títulos para negociação</b>				
<b>Carteira própria - Livres</b>	<b>27.317</b>	<b>26.824</b>	<b>7.286</b>	<b>7.291</b>
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	25.273	26.306	5.195	5.200
Ações de companhias abertas	2.044	5.158	2.091	2.091
<b>Vinculados a operações compromissadas</b>	<b>9.493</b>	<b>9.505</b>	<b>9.495</b>	<b>9.504</b>
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	9.493	9.505	9.495	9.504
<b>Vinculados a prestação de garantias</b>	<b>30.522</b>	<b>30.562</b>	<b>48.893</b>	<b>48.940</b>
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	26.755	26.790	44.210	44.257
Aplicações financeiras em moeda estrangeira	3.767	3.772	4.683	4.683
<b>Total de títulos para negociação</b>	<b>67.332</b>	<b>66.891</b>	<b>65.674</b>	<b>65.735</b>

(i) Valor de custo  
Refer-se ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

(ii) Valor de mercado  
O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades de Mercados Financeiros e de Capitais. As ações são avaliadas pela cotação de fechamento do último dia em que foram negociadas em bolsa de valores e as aplicações foram registradas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

**b) Composição por vencimento**

	2014				2013					
	Sem vencimento	até 3 meses	de 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Sem vencimento	até 3 meses	de 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	61.601	-	-	61.601	58.961	-	-	-	58.961
Ações de companhias abertas (a)	1.518	-	-	-	1.518	2.091	-	-	-	2.091
Aplicações em moeda estrangeira	-	3.772	-	-	3.772	4.683	-	-	-	4.683
<b>Total</b>	<b>1.518</b>	<b>69.145</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>66.891</b>	<b>65.735</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>65.735</b>

(a) Ações recebidas, de dação em pagamento, provenientes de recuperação na carteira de crédito.

**8. Instrumentos financeiros derivativos**  
**a) Instrumentos financeiros derivativos**

O Banco Rendimento S/A opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção ("Hedge") contra risco de mercado, que decorrem principalmente das flutuações das taxas de juros e cambial.

O gerenciamento da necessidade de "Hedge" é efetuado com base nas posições consolidadas por moeda. Dessa forma, são acompanhadas as posições de Dólar e de Reais subdivididas nos diversos indexadores (pré, TR, IGP-M e TJLP). Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, necessariamente, os de alta liquidez, dando-se prioridade aos contratos futuros da BM&F, que são avaliados pelo valor de mercado, por meio dos ajustes diários.

A efetividade dos instrumentos de "Hedge" é assegurada pelo equilíbrio das flutuações de preços dos contratos de derivativos e dos valores de mercado dos objetos do "Hedge". Os instrumentos de "Hedge" podem ser operados em prazos distintos dos seus respectivos objetos, com o intuito de buscar a liquidez do instrumento e de permitir um nível de arbitragem dentro do cenário econômico traçado pela administração. Entretanto, existe a previsão da necessidade de renovação ou de contratação de nova operação de "Hedge", naqueles em que o instrumento financeiro derivativo apresenta vencimento anterior ao do item objeto de "Hedge". A carteira de câmbio é gerenciada de forma que haja o menor descaçamento de prazo e volume financeiro possível.

**b) Controles de gerenciamento de riscos**  
As carteiras são controladas e consolidadas pela área de informações gerenciais, sob gestão da diretoria de planejamento, a qual tem por responsabilidade apurar o valor de mercado das posições de derivativos e dos seus respectivos objetos de "Hedge". Essas informações são encaminhadas à mesa financeira para a gestão "intraday". Durante o dia, a mesa possui informações sobre a posição das diversas carteiras ativas e passivas do Banco Rendimento S/A, e providencia os instrumentos de "Hedge" necessários, de acordo com a política previamente definida pela administração. As posições descobertas são acompanhadas constantemente para verificação de que estão dentro dos limites aprovados pelo comitê de risco de mercado.

**c) Composição analítica das operações Mercado Futuro**

Representadas por contratos de mercado futuro que, conforme determinação do Banco Central do Brasil (BACEN), são registrados em contas de compensação pelo valor do contrato atualizado pelo índice de variação das taxas pactuadas.

	Valor nominal dos contratos	
	2014	2013
<b>Contratos de futuros (i)</b>		
<b>Posição comprada</b>		
Dólar	18.009	294.398
EUR	27.773	-
Outras Moedas	1.841	-
<b>Total posição comprada</b>	<b>47.623</b>	<b>294.398</b>

**Posição vendida**

	2014	2013
DI	31.787	160.163
Dólar	27.406	-
Outras Moedas	2.163	-
<b>Total posição vendida</b>	<b>61.356</b>	<b>160.163</b>

(i) Os ajustes diários, de contratos futuros a pagar no valor de R\$ 255 (R\$ 1 em 2013), encontram-se registrados na rubrica de Negociação e Intermediação de Valores. Estas operações foram custodiadas pela BM&F/BOVESPA

**Termo de moedas - NDFs**  
No segundo semestre de 2013 o Banco Rendimento utilizou o NDF (Non-delivery Forward) como instrumento de "Hedge" de moedas. Em 31 de dezembro de 2013 o montante era de R\$ 930 a pagar.

**d) Margem de garantia**  
São dados como margem em garantia para a realização das operações com instrumentos financeiros derivativos, os ativos apresentados a seguir:

	2014	2013
Vinculados a prestação de garantias		
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	26.790	44.257
Aplicações financeiras em moeda estrangeira	3.772	4.683
<b>Total</b>	<b>30.562</b>	<b>48.940</b>

**9. Operações de crédito**  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as operações de crédito estavam assim representadas:

	2014	2013
<b>Operações de crédito</b>		
Conta corrente garantida	110.741	105.250
Capital de giro	165.693	202.271
FINAME	24.619	41.587
Títulos descontados	27.107	23.274
Financiamento em moeda estrangeira	4.744	18.013
Direitos creditórios adquiridos com cobrança	-	25.481
Cheque especial	3.188	4.630
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	4.363	5.901
Cédula de crédito de exportação	3.028	1.302
Confissão de dívida	5.148	8.001
Crédito pessoal	6.985	3.329
Recuperação Judicial	906	1.886
Adiantamento a depositantes	3.901	165
<b>Total</b>	<b>360.423</b>	<b>441.089</b>

**Outros créditos**  
Adiantamentos sobre contrato de câmbio (Nota 10)

	2014	2013
Avais e fianças	7.836	26.692
Importação financiada (Nota 10)	2.273	-
Rendas a receber (Nota 10)	1.009	312
Títulos e créditos a receber - com características de concessão de crédito	29.026	1.168
<b>Total</b>	<b>40.143</b>	<b>28.173</b>

**Total das operações de crédito**

	2014	2013
<b>Total das operações de crédito</b>	<b>400.566</b>	<b>469.262</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.822)	(20.980)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(4.240)	(1.668)
<b>Total da provisão para créditos de liquidação duvidosa</b>	<b>(17.062)</b>	<b>(22.648)</b>

**a) Composição da carteira**

	2014	2013
<b>Setor privado:</b>		
Indústria	57.318	90.378
Comércio	31.615	40.615
Outros serviços	289.696	321.911
Intermediação financeira	1.765	1.698
Pessoas físicas	20.172	14.660
<b>Total da carteira por ramo de atividade</b>	<b>400.566</b>	<b>469.262</b>

**b) Composição da carteira por vencimento**

	2014	2013
<b>Vencidas:</b>		
A partir de 15 dias	12.298	44.407
<b>A vencer:</b>		
até 90 dias	161.831	195.280
de 90 a 360 dias	146.684	141.285
acima de 360 dias	79.753	88.290
<b>Total da carteira por vencimento</b>	<b>400.566</b>	<b>469.262</b>

**c) Concentração da carteira**

	2014		2013	
	Valor	%	Valor	%
50 maiores devedores	118.718	29,64%	141.632	30,18%
10 seguintes maiores devedores	180.730	45,12%	210.525	44,86%
100 seguintes maiores devedores	84.274	21,04%	100.109	21,33%
Seguintes maiores devedores	16.844	4,20%	16.996	3,63%
<b>Total da carteira</b>	<b>400.566</b>	<b>100,00%</b>	<b>469.262</b>	<b>100,00%</b>

**d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa**  
A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, está distribuída entre os seguintes níveis de risco:

	2014		2013	
Nível de Risco	% Provisão	A vencer	Vencidas	Total
AA	-	-	-	-
A	0,5	304.675	-	304.675
B	1	49.976	421	50.397
C	3	19.529	2.449	21.978
D	10	1.781	1.024	2.805
E	30	2.492	1.972	4.464
F	50	4.635	219	4.854
G	70	1.434	2.113	3.547
H	100	3.746	4.100	7.846
<b>Total</b>	<b>388,268</b>	<b>12,298</b>	<b>400,566</b>	<b>17,062</b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013**  
 (Valores expressos em milhares de reais)

**b) Remuneração do pessoal chave da Administração**  
 Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social do Banco. O Banco incorreu nos seguintes benefícios de curto prazo aos administradores:

	2014	2013
Remuneração fixa no exercício.....	5.164	4.962
Remuneração variável no exercício.....	1.213	900
Encargos Sociais.....	(1.403)	(1.290)
<b>Total.....</b>	<b>4.974</b>	<b>4.572</b>

O Banco Rendimento S/A não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

**19. Patrimônio líquido**  
**a) Capital social**  
 O capital social é representado por 158.438 ações nominativas sem valor nominal, sendo 79.219 ordinárias e 79.219 preferenciais. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas asseguram ao acionista a prioridade de reembolso do capital e o direito de participação na distribuição de dividendos e bonificações, em igualdade de condições com as ações ordinárias.

**b) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio**  
 O capital é remunerado por meio da distribuição de dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 6% sobre o lucro líquido ajustado do período. A distribuição de dividendos está sujeita à proposta da diretoria à assembleia geral de acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros. Pelas assembleias gerais extraordinárias, realizadas no ano de 2014, foi deliberado o pagamento de dividendos no montante de R\$ 1.800, conforme quadro abaixo:

Data da AGE	2014	2013
31/03/2014.....	1.000	1.000
25/07/2014.....	500	500
20/10/2014.....	300	300

Em 30 de junho e 16 de setembro de 2014, foi deliberado o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, no montante de R\$ 8.900 referentes ao exercício de 2014, calculados com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), nos termos do artigo 9º da Lei 9.249/95. O benefício fiscal decorrente da distribuição de juros sobre o capital próprio reduziu os encargos de imposto de renda e contribuição social do exercício no montante de R\$ 3.560.

Data da AGE	2014	2013
30/06/2014.....	4.400	4.400
16/09/2014.....	4.500	4.500

**c) Lucros acumulados**  
 No exercício de 2014, o Banco Rendimento S/A apurou um lucro contábil de R\$ 23.366 (R\$ 32.112 em 2013).

**d) Reserva de lucros**  
*Legal:* O Banco Rendimento S/A deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder a 20% do capital integralizado.  
*Outras:* Composta por lucros obtidos a serem destinados em AGO (Assembleia Geral Ordinária).

**20. Despesas de captação no mercado**

	2014	2013
Depósitos interfinanceiros.....	6.215	6.215
Depósitos a prazo.....	43.723	32.860
Operações comprometidas.....	1.293	1.141
Contribuições ao fundo garantidor de crédito - FGC.....	686	655
Recursos de emissão de títulos.....	1.825	807
Outras despesas de captação.....	10.013	7.585
<b>Total.....</b>	<b>63.755</b>	<b>49.263</b>

**21. Receitas de prestação de serviços**

	2014	2013
Rendas de garantias prestadas.....	1.903	1.983
Tarifas de serviços bancários.....	2.112	4.195
Tarifas de arrecadação.....	11.722	8.842
Tarifas de câmbio.....	3.670	1.046
Tarifas de outros serviços.....	5.675	9.507
<b>Total.....</b>	<b>25.082</b>	<b>25.573</b>

**22. Outras despesas administrativas**

	2014	2013
Despesas de serviços Sistema financeiro.....	34.241	33.590
Despesas de serviços de terceiros.....	12.229	16.989
Despesas de alugueis.....	4.139	4.135
Despesas de processamento de dados.....	9.435	4.831
Despesas de comunicações.....	1.942	2.241
Despesas de serviços técnicos especializados.....	3.452	3.184
Despesas de promoções e relações públicas.....	2.250	1.116
Despesas de contribuições filantrópicas.....	979	1.179
Despesas de publicações.....	225	286
Despesas de seguros.....	160	157
Despesas de depreciação.....	1.410	1.944
Despesas de amortização.....	1.362	1.244
Despesas de transportes.....	1.280	691
Despesas de vigilância e segurança.....	721	320
Despesas de viagens.....	237	355
Despesas de condomínio.....	679	675
Despesas de propaganda e publicidade.....	37	545
Despesas de manutenção e conservação de bens.....	588	498
Despesas de material.....	694	307
Despesas de água, energia e gás.....	417	312
Outras despesas administrativas.....	2.813	3.710
<b>Total.....</b>	<b>79.289</b>	<b>78.309</b>

**23. Outras receitas e despesas operacionais**

	2014	2013
<b>Outras receitas operacionais</b>		
Recuperação de encargos e despesas.....	204	417
Descontos obtidos.....	110	-
Variações monetárias - câmbio.....	2.035	6
Verba de marketing.....	3.120	6.339
Arrecadação de tributos.....	-	406
Reversão bônus diretoria.....	349	132
Reversões provisões tributos.....	3.079	160
Avais e fianças.....	2.284	-
Variações monetárias - outras.....	12	5
Outras.....	287	31
<b>Total.....</b>	<b>11.480</b>	<b>7.496</b>

**Outras despesas operacionais**

Variações monetárias - câmbio.....	21.987	23.672
Agio na aquisição de investida.....	126	2.070
Provisão riscos fiscais - ISS.....	126	1.667
Juros e multas sobre impostos.....	346	364
Bônus diretoria.....	203	617
Descontos concedidos.....	4.455	120
Verba de marketing.....	534	948
Provisões para perdas de avais e fianças.....	1.153	-
Outras.....	858	144
<b>Total.....</b>	<b>29.662</b>	<b>29.602</b>

**24. Avais, fianças e garantias concedidas a terceiros**  
 A responsabilidade por avais, fianças e garantias prestadas a terceiros, em 31 de dezembro de 2014, correspondiam a R\$ 100.775 (R\$ 115.170 em 2013) com provisão para perdas no montante de R\$ 646.

**25. Ativos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias**

**a) Ativos contingentes**  
 Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não existem processos classificados pela Administração como prováveis de realização.

**b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais**

(i) **Provisões trabalhistas** - Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.

(ii) **Provisões cíveis** - Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos.

(iii) **Provisões fiscais** - As provisões para processos fiscais são representadas por processos judiciais e administrativos, substancialmente, representado pelos seguintes processos:

- Contestação judicial da legalidade do recolhimento do PIS e COFINS, nos termos da Lei nº 9.718/98. Para essa causa, o montante provisionado é de R\$ 46.943;
- Contestação quanto a base de receitas de operações de avais e fiança e de câmbio, defendida pelo Fisco Municipal como tributável para o ISS. O montante provisionado é de R\$ 2.201.

As movimentações das provisões para contingências e obrigações legais, ocorridas no exercício, estão a seguir apresentadas:

	2014				2013	
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outras	Total	Total
<b>Saldo no início.....</b>	<b>42.519</b>	<b>1.202</b>	<b>819</b>	<b>1.777</b>	<b>46.317</b>	<b>34.658</b>
Constituições.....	8.756	494	885	2.771	12.906	15.810
Realizações / Reversões.....	(2.131)	(831)	(417)	(2.307)	(5.686)	(4.151)
<b>Saldo no final.....</b>	<b>49.144</b>	<b>865</b>	<b>1.287</b>	<b>2.241</b>	<b>53.537</b>	<b>46.317</b>

(a) Constituída por R\$ 646 referente a avais e fianças prestadas e R\$ 1.595 referente a repasse de ISS para Prefeitura de Tuiuti/SP.

	2014			2013	
	Fiscais	Trabalhistas	Total	Total	Total
<b>Saldo no início.....</b>	<b>39.400</b>	<b>339</b>	<b>39.739</b>	<b>30.688</b>	<b>30.688</b>
Constituições.....	9.125	920	10.045	10.685	10.685
Realizações / Reversões.....	-	(292)	(292)	(1.014)	(1.014)
<b>Saldo no final.....</b>	<b>48.525</b>	<b>967</b>	<b>49.492</b>	<b>39.739</b>	<b>39.739</b>

**c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis**  
 Em 31 de dezembro de 2014, as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por 15 processos de natureza cível que somam, com base nos valores atribuídos aos respectivos processos pelas partes reclamantes R\$ 19 e estão representados, substancialmente, pelos seguintes processos:

- Ações revisionais de cláusulas de contratos de empréstimos e financiamentos;
- Ações indenizatórias decorrentes da realização de operações de cartões VTM.

**d) Órgãos reguladores**  
 Não existem processos administrativos em curso, por parte do Sistema Financeiro Nacional, que possam impactar representativamente o resultado e as operações do Banco Rendimento.

**26. Limites operacionais**  
 O Patrimônio de referência mínimo requerido para o RWA está a seguir demonstrado, de acordo com os normativos em vigor:

	2014	2013
<b>Patrimônio de referência - PR</b> .....		<b>219.611</b>
Risco de crédito - RWA <sub>CRD</sub> .....		88.218
Risco de exposição cambial - RWA <sub>CMB</sub> .....		3.078
Risco de taxas de juros - RWA <sub>TJR</sub> .....		24
Risco de cupom de moedas - RWA <sub>CUP</sub> .....		678
Risco operacional - RWA <sub>OPR</sub> .....		44.768
<b>Patrimônio de referência mínimo requerido para o RWA.....</b>		<b>136.766</b>
Risco parcela Banking - R <sub>BNK</sub> .....		2.241
<b>Margem sobre o PR considerando a R<sub>BNK</sub>.....</b>		<b>80.604</b>

O índice de Basileia para a data-base de 31 de dezembro de 2014, apurado de acordo com o estabelecido nas Resoluções nº 4.192/13 e 4.193/13, do Conselho Monetário Nacional, é de 17,66% (dezembro de 2013 - 17,25%) para o Conglomerado Financeiro.

**27. Gestão de riscos**  
 A Gestão de Riscos visa obter a melhor relação Risco x Retorno para os acionistas e é considerada essencial na otimização do uso do capital e eficiente instrumento quando da seleção das melhores oportunidades de negócios. A gestão é disciplinada por políticas e procedimentos definidos e aprovados pela Alta Administração, os quais deverão ser seguidos pelas áreas de negócios e monitorados de forma independente pela área de controles internos. As definições estratégicas de maior relevância são realizadas por meio de Comitês Específicos em função da matéria tratada.

A estrutura de gestão de riscos encontra-se subordinada ao Diretor de Riscos e Compliance, responsável, também, pelas atribuições da Área de Governança Corporativa e pela unidade de Prevenção de Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento ao Terrorismo.

**I - Risco de Mercado**  
 É o risco associado à probabilidade de que a variação, no valor de ativos e passivos, causada pelas incertezas acerca das mudanças nos preços e taxas de mercado, gere perdas para a instituição. O controle do risco de mercado é realizado por equipe especializada responsável pela execução das atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco. Adicionalmente realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, visando o atendimento ao órgão regulador brasileiro.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua.

**Valor em Risco (VaR)** - Esse modelo de análise de risco visa quantificar a exposição, utilizando limites de risco baseados em critérios estatísticos (VaR Estatístico: nível de confiança adequado - é uma medida estatística que estima a perda potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos), simulações de estresse (VaR Estressado - é uma medida que estima a perda em condições extremas de mercado a partir de cenários de estresse) e capital econômico alocado.

De acordo com modelo de administração dos riscos adotado, os limites e a exposição aos riscos de mercado, no Conglomerado Financeiro, são relativamente baixos quando comparados ao Patrimônio de Referência.

**Testes de Estresse** - Os testes de estresse são realizados diariamente, tomando-se por base os cenários divulgados pela BM&F. São utilizados cinco cenários, sendo dois para taxas de juros prefixadas, dois para câmbio e um para taxas de juros e câmbio, simultaneamente. Para taxa de juros utiliza-se os cenários alta 4 e baixa -4 e para o câmbio utiliza-se um choque de 10% tanto para alta como para baixa.

A crescente sofisticação do ambiente dos negócios bancários e a evolução da tecnologia tornaram mais complexos os perfis de risco das organizações, delineando com mais nitidez esta classe de risco, cujo gerenciamento, requer uma estrutura específica, distinta das aplicadas aos riscos de crédito e de mercado.

Um Comitê de Risco de Mercado, alinhado aos conceitos do Comitê de Basileia, é constituída por um conjunto de princípios que norteiam a estratégia e controle dos negócios do Conglomerado Financeiro.

**II - Risco de Crédito**  
 A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito deve possibilitar a identificação, mensuração, controle e a mitigação dos riscos de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização do contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação do Conglomerado Rendimento.

O Comitê de Crédito é responsável pela análise dos riscos de crédito associados às operações do Banco Rendimento S/A. Esse comitê se reúne de acordo com a política definida pelo Conglomerado Rendimento e tem como objetivos deliberar sobre os assuntos pertinentes a Política de Gestão de Risco de Crédito e aprovar medidas corretivas e de planos de ação para minimizar o Risco de Crédito.

O Gerenciamento do Risco de Crédito encontra-se em conformidade com a Resolução 3.721/09, do Conselho Monetário Nacional e está alinhado à estrutura de Governança Corporativa, que executa atividades segregadas da unidade de negociação e da unidade executora da auditoria interna.

**III - Risco Operacional**  
 É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos.

A crescente sofisticação do ambiente dos negócios bancários e a evolução da tecnologia tornaram mais complexos os perfis de risco das organizações, delineando com mais nitidez esta classe de risco, cujo gerenciamento, requer uma estrutura específica, distinta das aplicadas aos riscos de crédito e de mercado.

Um Comitê de Risco Operacional, alinhado aos conceitos do Comitê de Basileia, é constituída por um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

A estrutura formalizada na política prevê os procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionadas ao risco operacional e aos papéis e responsabilidades das áreas que participam dessa estrutura.

Com base em legislação do BACEN as instituições financeiras são obrigadas a alocar capital para risco operacional. O Conglomerado Financeiro optou pela utilização da Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada.

**IV - Risco de Liquidez**

O controle da liquidez é um instrumento de extrema importância na instituição, tendo em vista a necessidade do acompanhamento contínuo dos níveis de caixa, possibilitando que liquidações sejam realizadas em tempo hábil e de maneira segura, sem problemas de descasamento entre ativos e passivos. Dessa forma e em cumprimento à Resolução nº 4.090/12, do Conselho Monetário Nacional, o Banco Rendimento S/A estabeleceu políticas que visam manter a flexibilidade para lidar com eventos específicos de liquidez e também no mercado financeiro como um todo. O objetivo principal é prover recursos para o Conglomerado Financeiro e permitir a manutenção dos negócios e a geração de receita, até mesmo sob circunstâncias adversas.

O Comitê de Liquidez é realizado semanalmente com a presença do Diretor Superintendente e da Tesoureira, onde são apresentados o panorama do mercado, caixa e captação, visando eventuais correções para níveis considerados adequados e suficientes quanto à mitigação de riscos que possam atingir a reputação do Conglomerado.

**V - Estrutura de Gerenciamento de Capital**  
 O Conglomerado Rendimento possui estrutura de gerenciamento de capital, em conformidade com as orientações constantes da Resolução nº 3.988/11, do Conselho Monetário Nacional.

A estrutura de Gerenciamento de Capital é responsável pelo monitoramento e controle do capital, mantido pela instituição, avaliação de necessidade de capital para fazer face aos riscos que a instituição está sujeita, e planejamento de metas. A partir das disposições constantes da referida Resolução, o Banco Rendimento passou a calcular índice de Basileia para valores projetados em um período de três anos (Plano Trienal de Capital), visando verificar se o seu nível estará adequado frente à situação futura, adotando uma visão prospectiva em relação às necessidades de capital. No Plano de Capital também são considerados os riscos não previstos nas metodologias de cálculo já regulamentadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil.

No primeiro trimestre de 2014 foi realizada a revisão do Plano de Capital, elaborado no ano de 2013, tendo como premissas de análise a consistência da política de formação e suficiência do Patrimônio de Referência - PR do Conglomerado para o triênio 2014 a 2016.

A DIRETORIA

EMILIO BRUNO - Contador - C.R.C. 1SP166.726/0-0

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**

Aos Acionistas e aos Administradores do Banco Rendimento S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Rendimento S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Rendimento S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 11 de março de 2015


 ERNST & YOUNG  
 Auditores Independentes S.S.  
 CRC-2SP015199/0-6

 Emerson Morelli  
 Contador  
 CRC-1SP249401/0-4

# COTAÇÃO

## A mais completa solução em câmbio.

### Produtos de Câmbio

Papel Moeda\* e Cartões de Viagem Rendimento (Mastercard® e Visa).

\*Consulte condições e disponibilidade.

### Transferências Internacionais

- Pagamento de cursos, congressos e encomendas;
- Transferências de patrimônio;
- Importação e Exportação;
- Entre outras naturezas.

### Remessa Expressa

Serviço de envio de dinheiro ao exterior em pequenas quantias sem a necessidade de possuir conta corrente.